

Plano para equacionar as dívidas

O equacionamento da dívida externa deve ser o primeiro ponto a se atacar para resolver os problemas gerais da economia brasileira. Essa é a recomendação do trabalho, finalmente aprovado ontem, do economista e redator-chefe da revista **Conjuntura Econômica**, Paulo Rabello de Castro, pela Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais — Cedes. Esse estudo foi apresentado pela primeira vez no final de maio, com a assinatura dos economistas Celso Luis Martone, Cláudio Contador, Francisco Barreto de Oliveira, Nelson Braga, Newton Rabelo de Castro Júnior, e aprovado ontem por mais de 30 membros da Cedes, com o princípio básico de que é indispensável uma total credibilidade nas autoridades econômicas do País, pois sem confiança não adianta fazer qualquer proposta.

O estudo parte, em primeiro lugar, do princípio de que não existem soluções isoladas para a crise brasileira. “Se o governo tomar uma ou outra providência, não resolverá, porque está tudo articulado, já que existe total interligação entre a dívida externa, a interna e a política social, a qual não é quantificável, mas tem o caráter de uma promessa quebrada ou frustração, por exemplo, da classe média”, salientou Paulo Rabelo de Castro. A segunda idéia fundamental, em seu entender, é que o ônus das dívidas é nacional, e, portanto, exige um sacrifício geral da Nação, e considera que todas as características econômicas estão em posições credoras e devedoras.

Para o equacionamento do lado externo, o trabalho destaca que não há saída para o Brasil enquanto houver os atuais níveis de juros e **spread**, os quais comprometem até mesmo o pagamento dos juros. O mero escalonamento da dívida nas atuais condições é precário, porque o País está completamente vulnerável. Por isso, é criticada a moratória unilateral, pois o País não subsistiria, já que está indefeso quanto à reserva cambial, de petróleo e de alimentos. Dessa forma, sugere em primeiro lugar fortalecer a retaguarda para depois negociar, o que poderia ser feito recompondo as reservas cambiais por meio da economia de uso de petróleo, da obtenção de uma boa safra para 83/84 e introduzindo uma política cambial mais flexível que dê margem para recomposição da reserva. A partir daí, segundo Rabelo de Castro, o Brasil pode passar do mero reescalonamento, que é o que está sendo feito hoje, para a verdadeira renegociação, que significa discutir todo o pagamento da dívida até mesmo com reescalonamento.

Quanto às políticas internas, o economista lembra que todos aqueles que estão dizendo “não há recessão” não impedirão com isso que aumentem os gastos públicos, e destaca que o déficit fiscal está gerando mais recessão. Por isso, acha necessário um modelo de certezas que propicie a retomada de investimentos pelo setor privado. “O nosso plano é pró-crescimento, mas mediante o pagamento de sacrifícios de todos, porque nenhum crescimento é gratuito.” Para isso considera indispensável uma maior flexibilidade de câmbio e uma redução da pressão de gastos do governo, pois acha que por enquanto o governo “só cortou o sonho”, ou seja, os planos futuros. Nessa questão de redução dos gastos do governo, destaca que em primeiro lugar deve reduzir-se o endividamento público e o acesso das estatais aos bancos comerciais, seguido de um teto global de dispêndio com pessoal.

Essas duas formas de equacionamento dos laudos externo e interno, na opinião do economista, terão efeitos imediatos sobre a queda das taxas de juros, o que certamente realimentaria a economia nacional.

Na área político-social o trabalho destaca que o subsídio é instrumento válido, mas que não deve ser generalizado e sim deve ser dado àqueles setores que necessitam muito, como a agricultura, que acima de tudo precisa de preço. Nesse aspecto sugere também um auxílio-desemprego emergencial, e nessa fase de transferência que o governo dê um auxílio à pobreza absoluta. Ao mesmo tempo, para as empresas, acha fundamental reduzir o custo de mão-de-obra, alterando encargos sociais no atual plano de benefícios.